

A RESISTÊNCIA DA LÍNGUA E DO SUJEITO NO PROCESSO TRADUTÓRIO

Gláucia da Silva Henge¹
Michele Teixeira Passini²

Embora a discussão sobre tradução possua um espaço reconhecido no seio dos estudos da Linguagem, no âmbito da Análise do Discurso, esta discussão é redimensionada graças ao quadro teórico e epistemológico que a perspectiva discursiva estabelece, convocando-nos a resistir e ousar pensá-la sob outros ângulos. Isso porque, se para certas áreas que se servem da tradução como objeto de estudo o “produto” é que interessa, isto é, o texto final traduzido, para a AD, interessa pensá-la de forma a contemplar a relação entre sujeito e língua e desta com a história, tomando-a como processo. Assim, juntamente com Mittmann (2006, p.70), “autor, leitor e tradutor, à luz da AD, podemos dizer que não designam indivíduos, mas lugares sociais que se encontram representados no discurso”. Disso decorre que as “escolhas do tradutor” são repensadas na perspectiva discursiva, por serem materialidades historicamente estabelecidas e convocarem a reflexão acerca das determinações na/entre línguas.

Sendo assim, ao observarmos o processo tradutório, entendemos que ele se dá a partir de um sujeito que é (e)feito da ideologia, a qual materializa-se na língua(gem) e, desse modo, os sentidos por ele atribuídos às palavras não representam preferências ou opções, mas revelam momentos de identificação do sujeito com as redes de dizer historicamente estabelecidas. Dito de outra forma, ao atribuir sentido à ordem do simbólico, o sujeito retoma já-ditos, sentidos historicizados, organizados em formações discursivas que são sustentadas por formações ideológicas.

¹ Doutoranda PPG Letras/UFRGS e Docente IFRS.

² Doutoranda PPG Letras/UFRGS e bolsista CAPES.

Esse complexo processo de produção de sentido não ocorre, entretanto, de forma homogênea, pois conforme nos alerta Michel Pêcheux, “não há ritual sem falhas”, o que implica que a resistência é de ordem constitutiva. A língua, enquanto base material dos processos discursivos, não é vista como transparente, e uma mesma palavra pode receber diferentes sentidos de acordo com a formação discursiva na qual se inscreve. Disso decorre que a tradução não deve ser observada, nesta perspectiva, como uma equivalência entre termos, já que cada língua representa uma discursividade distinta.

O processo tradutório, por sua vez, se dá no jogo de forças estabelecido desde quando o sujeito, enquanto leitor do texto de partida, realiza o gesto de leitura pelo qual ele será interpelado pela língua na qual foi escrito o texto a ser traduzido até outro gesto, no qual o sujeito-tradutor é interpelado pela segunda língua, na qual deve verter o texto. Em ambos os gestos (e também entre eles), o sujeito é impelido a identificar-se com uma ou outra formação discursiva, a partir da qual o sentido será produzido.

Sendo a tradução uma transformação na/da língua, todo “texto original materializa um discurso que será tomado como passível de uma interpretação do tradutor, que é produção de sentidos. A partir dessa interpretação, delineia-se a produção de um novo discurso” (MITTMANN, 2003, p. 66). Logo, no processo tradutório, as condições de produção e o papel da interpretação são constitutivos dos modos de existência, formulação e circulação dos textos. Ou seja, a determinação dos sentidos se dá no jogo da inscrição em formações discursivas tanto num primeiro movimento marcado pela autoria do texto original quanto no movimento de leitura e interpretação deste texto pelo sujeito tradutor. Por sua vez, como relação do sujeito com o simbólico, a interpretação é “o vestígio do possível”, segundo Orlandi (2012, p.18), isto é, na/pela interpretação é que a evidência do sentido e a possibilidade do deslizamento apontam para a historicidade do dizer.

Em nossa investigação, buscamos refletir sobre o processo tradutório pela ótica discursiva, desenvolvendo a noção de que a tradução pode ser encarada como uma forma de resistência, já que impele o sujeito tradutor ao controle do dizer, estabelecendo um sentido e não outro, resistindo, portanto, à polissemia constitutiva

da língua, bem como à resistência política, num enfrentamento de jogos de força na tomada de posição que leva a (des)identificações entre formações discursivas.

Pêcheux (2006, p. 53), ao demonstrar que “todo enunciado é intrinsecamente suscetível de tornar-se outro, diferente de si mesmo (...) (a não ser que a proibição da interpretação própria ao logicamente estável se exerça sobre ele explicitamente)”, deixa-nos a possibilidade de pensar possíveis modos de funcionamento do discurso que levariam a essa proibição, bem como o jogo de forças entre o permitido e o proibido, o estável e o abrupto no processo tradutório. O deslizamento, efeito metafórico no processo tradutório, estaria também em relação aos espaços de cerceamento estabelecidos por forças de ordem histórico-discursivas que impediriam ou chocariam sentidos tomados como evidentes.

O confronto entre o mesmo e outro, entre a proibição e a permissão, no processo tradutório, instiga-nos a observar, pelas práticas discursivas tradutórias e seus desdobramentos quando em circulação, como a interpretação funciona entre sujeitos e quais determinações de sentido, inscritas pelas formações discursivas, impactam nestas práticas. Para tanto, tomamos como materialidade de análise, sequências discursivas veiculadas na internet que tematizam a tradução do título do livro e, posteriormente o filme, *The Physician* do autor norte-americano Noah Gordon, que gerou grande polêmica ao ser traduzido como *O Físico* pela tradutora Aulyde Soares Rodrigues, em edição publicada pela editora Rocco.

Gordon é um escritor de romances norte-americano, nascido em 1926. Segundo filho de uma família judia, seu pai era penhorista e a família residia em bairro operário. Gordon graduou-se em Jornalismo, tendo atuado ao longo de toda a vida como editor de diversas revistas, inclusive especializando-se em publicações médico-científicas. Sua carreira como escritor acompanha sua vida de jornalista e seus romances são best-sellers em diversos países. O romance *The Physician* foi publicado em 1986 nos EUA e não foi um sucesso de vendas. Apenas após seu lançamento na Alemanha, por uma editora com ampla distribuição, é que a obra despontou e passou a vender milhões, inclusive em outros países europeus e, posteriormente, pelo mundo todo.

A chegada do romance no Brasil data de 1996, isto é, uma década após seu lançamento, após ampla aceitação em diferentes países, já conta com mais de quinze edições em português brasileiro. A resistência da/na tradução, em nosso recorte, emerge na produção e da materialidade linguística que funciona como título da obra. Tendo em vista que o termo *Physician* em inglês é comumente traduzido como médico, a posição tomada ao traduzi-lo por *Físico* representou uma ruptura com outras traduções já realizadas e, ainda, com a expectativa de que o título revelasse uma conexão com o enredo da obra. Isso porque, pela análise discursiva, podemos observar o funcionamento da interpretação (pista do possível) como fortemente marcada tanto pela formação discursiva quanto pelas condições de produção da tradução. Em torno da aceitação da tradução para o português brasileiro, emerge no fio do discurso a proibição ao deslizamento do sentido como apontava Pêcheux, no que consideramos a imposição de um sentido sobre outro num movimento em que “o leitor da tradução normalmente aceita o sentido imposto, não cogitando outras possibilidades” (MITTMANN, 2003, p. 67), ao passo em que o tradutor resiste à simples reprodução deste sentido imposto.

No caso da tradução do romance *The Physician*, escrito originalmente em língua inglesa, temos duas circunstâncias historicamente bem delineadas: a época em que o romance emerge como materialidade linguística sendo lançado no formato de livro impresso (nos Estados Unidos em final do século XX) e a época em que se passa a narrativa presente no romance e, portanto, são estabelecidas discursivamente as relações de enredo, personagens, cenário, linguagem, etc. (Inglaterra e Pérsia, em meados do século XI). Como se vê, temos a discursivização de fatos e criações que se passam em plena Idade Média realizada em Idade Pós-Moderna ou Contemporânea.

Essa distinção, que pode aparentemente não impactar no trato literário, pois um escritor pode (e comumente o faz) deslocar-se no tempo e espaço ao produzir sua obra, traz em si, como marco constitutivo de existência as suas condições de produção. Como pensar o gesto discursivo de narrar, enunciar, significar o mundo e as palavras que existem em outro período, inacessíveis senão pela memória historicizada e na relação entre línguas? Eis o cerne do embate e do jogo de

resistência/cedência que se estabelece na tradução do título deste romance para o português brasileiro.

Paulo Ottoni (2005, p. 71) traz a questão da resistência na tradução como um acontecimento da linguagem humana que mostra simultaneamente a existência de várias línguas, suas semelhanças e diferenças. Assim, a tradução acontece entre línguas, sem nivelá-las nem apagá-las. A partir dessa perspectiva de tradução como acontecimento, é possível pensar as dificuldades e diferenças entre traduções não como da ordem da correção/adequação, mas sim como pistas, vestígios da própria discursivização entre línguas.

A tradução, enquanto acontecimento e resistência, nessa perspectiva, pode ser pensada como impondo a língua, isto é, deflagrando-a. Não há como escapar ou silenciar frente à tradução, que resiste e acontece, marcando a diferença, a proximidade a possibilidade e a impossibilidade. Esse aspecto é fundamental para que não se simplifique a noção de tradução como uma acomodação pacífica dos sentidos, uma relação de mão dupla em que tudo e todos têm vez e espaço, onde tudo pode ser dito, basta estabelecer o como dizer. A tradução é resistência, relação díspar entre línguas, tensão entre o próximo e o distante, entre o materno e o estrangeiro, entre o mesmo e o diferente.

Em nosso trabalho, pela análise das sequências discursivas, que pela brevidade deste texto não será aqui reproduzida, mas que aponta para a força das formações discursivas fornecendo o tecido de evidências sobre o que é tradução e língua, a referida tradução nos permite observar não apenas que os sentidos podem sempre ser outros, mas também deflagra um movimento que entendemos como de resistência da língua e do sujeito no processo tradutório.

REFERÊNCIAS

MITTMANN, Solange. *Notas do tradutor e processo tradutório*. Análise e reflexão sob uma perspectiva discursiva. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2003.

ORLANDI, Eni. *Autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico*. 6. ed. Campinas, SP: Pontes, 2012.

OTTONI, Paulo. *Tradução manifesta: double bind & acontecimento*. Campinas, SP: Editora da Unicamp; São Paulo, SP: EDUSP, 2005.

PÊCHEUX, Michel. *O discurso: estrutura ou acontecimento*. Tradução : Eni P. Orlandi. 4. ed. Campinas, SP: Pontes, 2006.